

EDITORIAL

O atual conceito de cidadania congrega três elementos: *o civil*, relacionado aos direitos e às liberdades individuais; *o político*, relacionado ao direito de participar do poder; e *o social*, "que se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança até o direito de participar plenamente do legado social e de levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade".¹

Utilizando esse conceito de cidadania, podemos observar que a grande maioria da população mundial encontra-se excluída do mesmo, principalmente por questões relacionadas aos direitos sociais.

A quem caberia gerir e garantir essa participação senão à administração pública? Entendemos aqui por administração pública não apenas os órgãos oficiais de governo, como rezava a tradição, mas todos os novos atores e co-patrocinadores da esfera pública ampliada, ou seja, a sociedade civil organizada. A esta caberia viabilizar e garantir a universalização dos direitos individuais, a participação política e os avanços nos direitos sociais. Nessa ótica, a administração pública deve ser pensada como o espaço político e social onde são instrumentalizadas políticas de interesse coletivo, assim como o espaço onde os direitos são consolidados. Em outras palavras, a administração pública deve ser pensada como importante instrumento, se

¹ Marshall, T. H. *Cidadania e classe social*. Brasília, Fundação Projeto Rondon, 1988.

orientada de forma democrática e participativa, para se alcançar resultados socialmente positivos.

O desafio de uma gestão pública participativa vem sendo discutido em diferentes fóruns. Assistimos à Campanha da Fraternidade da CNBB deste ano, com o tema *Fraternidade e Política*, na qual se discutiu a participação política e a cidadania num espaço religioso de grande importância no país. Vários setores da administração pública discutem e aplicam mecanismos como o orçamento e o planejamento participativos, que são instrumentos de controle da administração pública democrática pelo cidadão.

São cada vez mais importantes as questões ligadas ao meio ambiente e à qualidade de vida, assim como a busca de alternativas mais racionais e reponsáveis. Na pauta de discussões de organizações como a ONU,² o papel da administração pública está associado à questão dos mecanismos de participação da população na formulação, na avaliação e no *feedback* de políticas públicas. Incentivos adicionais somam-se a novas experiências, como o concurso *Gestão Pública e Cidadania*, promovido pela Fundação Ford e executado pela Fundação Getúlio Vargas, o que é sinal de um processo de ampliação do quadro de cidadãos modernos.

² O Seminário Inter-regional sobre o papel da Administração Pública no Desenvolvimento de Infra-estrutura e Proteção ao Meio Ambiente, um dos encontros internacionais que subsidiaram a discussão, em abril deste ano, foi realizado na FGV/EBAP de 6 a 8 de março de 1996.

• *Gestão pública e cidadania*

O PEGS participa do comitê técnico do concurso Gestão Pública e Cidadania que visa premiar e divulgar trabalhos inovadores de organizações públicas. Trata-se de uma iniciativa conjunta da Fundação Ford e da Fundação Getulio Vargas.

• *Banco de dados*

A partir deste número, o Boletim PEGS estará dedicando um espaço para a apresentação de alguns produtos do nosso Sistema de Informações Bibliográficas sobre Gestão Social, que segue as mesmas linhas de pesquisa do PEGS, ou seja, relações sociedade-Estado e trabalho-capital. Será apresentado em cada número um resumo das linhas de pesquisa. Esperamos com isso ampliar o debate, contando inclusive com sugestões de outros textos e informações para divulgação no boletim. As contribuições devem ser enviadas para os endereços que se encontram no final do Boletim.

Oliveira, Francisco. *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Fase, 1994 (textos).

Analisa a relação sociedade-Estado partindo de uma avaliação histórica. Conceitua sociedade política. Afirma que a sociedade brasileira contemporânea atua em parceria com o Estado. Conceitua movimento social. Afirma que a reconstrução da sociedade civil originou a sociedade política. Analisa a construção do processo de democratização. Identifica a problemática do setor informal. Analisa as câmaras setoriais. Aponta a falta de participação popular nos regimes populistas. Define Estado e democracia. Analisa o desenvolvimento tecnológico e aponta suas conseqüências. Analisa os sindicatos e as estatais. Contesta o neoliberalismo.

Janeiro, Caio Márcio Silveirario de (org.). *Trabalho e renda: ações institucionais de fomento no Brasil*. Rio de Janeiro, Fase/GTZ/Napp/Sactes, mar. 1995.

Mostra que o crescimento do setor terciário gera novas ocupações, e que a expansão de pequenos empreendimentos se

dá em detrimento do modelo clássico de emprego, centrado no binômio trabalho assalariado-grandes empresas.

A par dessa transição, observa mudanças na metodologia de treinamento gerencial, com a difusão de metodologias baseadas no estímulo à participação e ao auto-aprendizado, que têm como princípios a independência, a auto-sustentação e a busca da cidadania.

Menciona experiências metodológicas que seguem essa linha no Brasil, dando destaque ao Desenvolvimento das Competências Econômicas via Formação de Empregados (Cefe).

• *II Seminário Ibero-Americano de Gerência Social*

O PEGS participará da coordenação do II Seminário Ibero-Americano de Gerência Social, com o apoio do Centro Latino-Americano de Administração (Clad), que será realizado no segundo semestre de 1996 em local ainda não definido.

• *Fórum*

Estamos programando para o primeiro semestre de 1996 um Fórum de Debates relativo à Relação Trabalho-Capital, aqui no Rio de Janeiro. Para informações mais precisas, entrar em contato com o PEGS.

• *Periodicidade*

A *RAP* passou a ser uma revista bimensal. Com isso ganhamos um espaço de tempo um pouco menor entre um número e outro de nosso Boletim. Esperamos com isso melhorar nossa comunicação, principalmente no que diz respeito à divulgação de atividades. Participe.

Endereços

Praia de Botafogo, 190, 5º andar — Sala 502 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil — 22253-900

Tel.: (021) 536-9146

(021) 536-9183

Fax: (021) 536-4349

E-mail: PEGS@sede.fgvj.br